

Greve dos auditores fiscais da Receita Federal será ampliada

Profissionais realizam ações desde novembro do ano passado e prometem intensificar protestos a partir de domingo

Os auditores fiscais da Receita Federal, em greve desde 1º de novembro do ano passado, prometem “encorpar” o movimento a partir de domingo (1), e até o próximo dia 7.

Para isso, é prevista a aplicação de um maior rigor, um olhar mais minucioso, sobre o fluxo de mercadorias que entram e saem do Porto. Com isso, o atraso já existente devido a paralisação, deve ser ampliado, estima-se, em até uma semana.

“A paralisação que temos feito já tem o efeito de atrasar um pouco o fluxo das mercadorias. Essa operação padrão, que chamamos de olhar com mias detalhes, vai fazer com que esse atraso aumente”, afirma Flávio Prado, membro do comando local de mobilização da categoria.

A paralisação segue nos mesmo moldes que já vem ocorrendo desde novembro, ou seja, greve fora da repartição durante as terças, quartas e quintas-feiras e dia sem computador as segundas e sextas-feiras.

“Nos dias em que as pessoas não entram na repartição, registram até como “greve” na folha de ponto”, diz o sindicalista. Atualmente, são 120 auditores na Alfândega do Porto de Santos e outros 60 na Delegacia da Receita Federal.

Vale lembrar que, durante a greve dos auditores fiscais, na Alfândega, só são liberadas cargas consideradas essenciais como medicamentos, insumos hospitalares, animais vivos e alimentação de bordo para tripulantes de navios.

Entre os pleitos dos auditores fiscais, segundo Prado, dois se destacam: a revogação da Portaria RFB nº 310/2018, da Receita Federal, em vigor a partir de abril, e que muda o formato dos plantões.

Segundo ele, a medida fragiliza as fronteiras do país, já que reduz pela metade o contingente de servidores que devem atuar na fiscalização de portos, aeroportos e pontos de fronteira no período noturno.

“No sistema de plantão atual, há o mesmo número de pessoas o dia inteiro. Nesse novo sistema, querem menos pessoas à noite, o que deixa menor vigilância nas fronteiras á noite, facilitando a ação de contrabandistas”, alerta o sindicalista.

Outro ponto é o descumprimento, por parte da União, de acordo firmado em novembro de 2016, relativo à reposição parcial da inflação. Uma parcela dessa reposição seria em forma de uma gratificação. “Mas, desde então, não foi feita a regulamentação dessa parcela variável.

A categoria estima que, Cada dia de paralisação na Alfândega de Santos ocasiona um atraso de R\$ 100 milhões de reais no recolhimento de impostos federais e um acúmulo de 2000 a 3000 contêineres para liberação de cargas ao País.

Liminar

Flávio Prado argumenta que a Justiça já entendeu o pleito dos auditores fiscais, concedendo liminar que obriga a União a cumprir o que foi prometido à categoria.

Conseguimos uma liminar em novembro, que valia por 90 dias, considerando que a greve era válida. Como não houve qualquer atitude do Governo, a Justiça, então, estendeu a liminar por mais 120 dias”. Nesta quinta-feira (29), a Reportagem não conseguiu contato com a Alfândega.